



MUNICÍPIO DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

## **REUNIÃO ORDINÁRIA DO EXECUTIVO CAMARÁRIO**

**DO DIA 7 DE AGOSTO DE 2014**

**HORA:** 14H30

**LOCAL:** Câmara Municipal de Alijó

### **EXECUTIVO**

**PRESIDENTE:** Eng.º Carlos Jorge Vilela da Rocha Magalhães

**VEREADOR:** Eng.º João Manuel Gouveia da Costa

**VEREADOR:** Dr. Luís Miguel Gonçalves Rodrigues

**VEREADOR:** Eng.º José Rodrigues Paredes

**VEREADOR:** Dr. António Joaquim Fernandes

**VEREADOR:** Dr.ª Cristina Alexandra Martins Ribeiro Felgueiras

**VEREADOR:** Prof. Manuel Adérito Figueira

**SECRETARIADO POR:** Manuel João Areias Peixoto

Contém \_\_\_\_\_ minutas aprovadas, nos termos do artigo 57º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, as quais se seguem e estão rubricadas pelos presentes a esta reunião.

**PRESIDENTE:** \_\_\_\_\_

**VEREADOR:** \_\_\_\_\_

**VEREADOR:** \_\_\_\_\_

**VEREADOR:** \_\_\_\_\_

**VEREADOR:** \_\_\_\_\_

**VEREADOR:** \_\_\_\_\_

**VEREADOR:** \_\_\_\_\_



MUNICÍPIO DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

# CÂMARA MUNICIPAL DE ALIJÓ

**ATA N.º16/2014**

## **REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 7 DE AGOSTO**

**O PRESIDENTE DA CÂMARA EM EXERCÍCIO:** ENG.º JOSÉ RODRIGUES PAREDES

**VEREADORES PRESENTES:** ENG.º JOÃO MANUEL GOUVEIA DA COSTA  
DR. LUÍS MIGUEL GONÇALVES RODRIGUES  
DR. ANTÓNIO JOAQUIM FERNANDES  
DR.ª CRISTINA ALEXANDRA MARTINS RIBEIRO FELGUEIRAS

**AUSENCIAS JUSTIFICADAS:** ENG.º CARLOS JORGE VILELA DA ROCHA MAGALHÃES  
PROF. MANUEL ADÉRITO FIGUEIRA

**SECRETARIOU:** JOÃO AREIAS, CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

**HORA DE ABERTURA:** 14H30 HORAS

**HORA DE ENCERRAMENTO:** 18H45 HORAS

**LOCAL DA REUNIÃO:** PAÇOS DO MUNICIPIO – GABINETE DO SR. VICE-PRESIDENTE



MUNICÍPIO DE  
**ALIJÓ**

*Daslumbrante Património Natural*

## ORDEM DE TRABALHOS

### **1. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

- 1.1 Aprovação da Ata da reunião ordinária do dia 2014/07/24.
- 1.2 Proposta do Sr. Vice-Presidente da Câmara, propondo que as funções de secretário das reuniões da Câmara Municipal sejam exercidas pelo Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Dr. Manuel João Areias Peixoto, sendo substituído nas suas faltas e impedimentos pelo técnico superior, Dr. Luís Filipe Maneta Carvalho

### **2. DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA**

- 2.1 Resumo do diário de tesouraria do dia 2014/08/06.
- 2.2 Presente despacho de adjudicação referente à concessão da loja comercial A9 do Mercado Municipal de Alijó, nos termos do ponto 8.4 do programa de concurso para atribuição da concessão de lojas comerciais existentes no Mercado Municipal de Alijó e no n.º 4 do art.º 19.º do Regulamento do Mercado Municipal.

### **3. DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CULTURA, EDUCAÇÃO E DESPORTO**

- 3.1 Presente informação DDSCED/EDU/2014/73 propondo a celebração de um protocolo de fornecimento de serviço público com a empresa de viação Beira-Douro, Lda., para transporte de alunos durante o ano letivo 2014/2015.





MUNICÍPIO DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

ainda, que existem questões em segredo de justiça, resultantes de uma inspeção da Segurança Social em que terão ouvido alguns idosos concluindo que não era possível dar continuidade ao protocolo. Perante tal relato o Sr. Vice-Presidente informou que o Município não veria com bons olhos tal atitude, pois implicaria o fecho de uma associação que presta serviços essenciais e imperativos a idosos que carecem deste apoio e acompanhamento diariamente.

O Sr. Vereador António Joaquim Fernandes informou que apresentou um requerimento para consultar o processo na Segurança Social, considerando-se, ele sim, barrado no direito de acesso à informação. Alertou que tinha ficado combinado em reunião de câmara irem os dois, o Sr. Vereador e o Sr. Vice-Presidente, para redigir carta e juntar ao processo, e que essa deslocação ficaria a cargo do Sr. Vice-Presidente, incluindo o agendamento de uma reunião. Todavia, já 15 dias depois ainda não houve informação que relate o ponto da situação ou o Sr. Vice-Presidente estaria a guardar a informação sem a partilhar. Considera que a instituição deveria ter mais informação e o mais rápida possível, pelo que considera que o Sr. Vice-Presidente não esteve bem.

Sobre esta situação lembrou que noutros tempos e situações em que a associação esteve ilegal, aí sim existiu colaboração do executivo, foram desenvolvidos vários esforços, incluindo as viagens a Lisboa e muitas outras operações. Desta vez, a atitude não foi a correta, porque em reunião foi definida uma metodologia e na prática foi adotada outra. Não pode estar satisfeito com a situação, porque a instituição não teve conhecimento dessa reunião, nem tem culpa que o Sr. Vice-Presidente não goste do Sr. Vereador Joaquim Fernandes. Afinal, a Câmara não é só o Sr. Vice-Presidente, são todos, e também não pode confundir a Associação de São Tiago com o Vereador António Joaquim Fernandes.

Mais disse, que não irá pactuar com determinadas situações. Disse também ser demasiado mau que se considerasse mais o diretor da Segurança Social que uma instituição de solidariedade do concelho, e que se aceitem as coisas com uma maior



MUNICÍPIO DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

passividade, pelo que lutará até à exaustão para defender os interesses das populações, não concordando com a posição da Segurança Social. Frisou saber muito bem que o Sr. Vice-Presidente já tentou, noutros momentos mas não foi feliz, pelo que teria de tentar agora de uma outra forma.

O Sr. Vice-Presidente interveio dizendo que o Diretor da Segurança Social o informou que há situações bem piores no nosso distrito.

O Sr. Vereador António Joaquim Fernandes informou que a inspeção nem sequer contactou a direção da Associação de S. Tiago. Questionou como explicava a situação de estar combinado irem em conjunto mas que isso não se veio a verificar.

O Sr. Vice-Presidente comentou que entendeu que a ida à Segurança Social seria mais benéfica e produtiva, nesta fase, para obter melhores resultados. Mais salientou que, sem acordo com a Segurança Social a associação terá dificuldades em se manter, entre outros argumentos positivos/favoráveis à Associação. Na reunião esteve imbuído dos melhores sentimentos em prol da Associação.

O Sr. Vereador António Joaquim Fernandes considera que não teve autorização da primeira vez para consultar o processo, porque existiam lá documentos que não queriam dar a conhecer. Por outro lado, as queixas que existiram foram remetidas também ao Ministério Público para além da Segurança Social.

Relembrou que quando foi para a instituição existiam 80 inscritos e 60 pagantes, aproximadamente. A dinâmica introduzida pela Direção levou à triplicação desses números. Para concluir, existem indícios que há coisas que não estão a ser feitas com naturalidade. A instituição está a ser acusada do não cumprimento dos 2 protocolos/acordos. Todavia, se cumprissem à risca, muitas outras associações e situações seriam reveladas.

O Sr. Vereador João Manuel considera que deverá ser essencialmente ponderado o benefício para as populações.





MUNICÍPIO DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

O Sr. Vereador António Joaquim Fernandes perguntou: “que boas notícias trouxe?”.

O Sr. Vice-Presidente em resposta disse que está esperançado de uma resposta satisfatória, fruto da valência do lar interno, porque é uma inovação. Todavia, julga que haverá lugar à reposição de verba pela falta de execução de uma das valências.

O Sr. Vereador António Joaquim Fernandes confirmou que não se revê na não execução de uma das valências mas sim na inexistência de registo dessa valência.

O Sr. Vereador Miguel Rodrigues sobre esta matéria pronunciou-se e ditou para ata que “relativamente à questão da Associação S. Tiago que foi aqui debatida na reunião de Câmara anterior e à informação agora prestada pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, deixa-me a mesma preocupado, pelas razões que passo a expor:

Foi esta Associação, IPSS com sede em Vila Chã, objeto de uma inspeção por parte da Segurança Social, já neste mandato autárquico. Na sequência dessa inspeção, recebeu a Associação S. Tiago uma carta da Segurança Social de Vila Real, assinada pelo seu diretor de unidade, ameaçando esta IPSS com a cessação dos acordos, num procedimento inédito neste concelho.

Com efeito, tivemos aqui oportunidade de analisar essa carta da Segurança Social dirigida à Associação e são apenas ali apontadas irregularidades menores, que em circunstância alguma ditariam a cessação dos acordos, que seria sempre a sanção mais grave e para irregularidades igualmente graves.

Esta iniciativa da Segurança Social levanta-me as maiores preocupações, pois parecem existir aqui indícios de uma atitude persecutória com motivações políticas, o que é para mim absolutamente inaceitável, desde logo pela circunstância de o presidente desta IPSS, Sr. António Fernandes, ser também vereador da oposição nesta Autarquia, eleito pelo PS, e de o diretor de unidade que assinou a carta da Segurança Social, ser um antigo vereador desta Câmara eleito pelo PSD e ter sido já militante e dirigente do PSD de Alijó, tendo sido



MUNICÍPIO DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

nomeado por este Governo do PSD para as funções que exerce na Segurança Social de Vila Real. Estes são factos inegáveis que não podem ser ignorados.

Sendo uma situação que gera alarme junto desta IPSS, lembrando que se trata de uma Instituição que se encontra a finalizar um equipamento de lar de idosos, numa valência da maior importância para a freguesia e o concelho, deve a Câmara Municipal dedicar a maior atenção a este caso, prestando todo o apoio à IPSS, encetando as devidas diligências junto da Segurança Social. Nesta sequência, foi por mim sugerido, na última reunião de Câmara, que a Câmara Municipal deveria solicitar, com carácter de urgência, uma reunião tripartida à Segurança Social de Vila Real, envolvendo a direção da Associação. Depois da minha proposta, o Sr. Vice-Presidente comprometeu-se a marcar uma reunião de imediato com a Segurança Social e a Associação.

Informou hoje o Sr. Vice-Presidente que já teve, entretanto, essa reunião com a Segurança Social, mas a sós com o diretor da Segurança Social, sem dar conhecimento à Associação, o que é realmente estranho. Porque não se fez acompanhar da Associação nesta reunião? Porque não foi a Associação informada dessa reunião, sabendo-se de antemão que estava a decorrer um prazo para a Associação responder à Segurança Social? Porque não foi envolvida nessa reunião a Sr.<sup>a</sup> Vereadora com o pelouro da ação social? Como agirá a Câmara Municipal se a Segurança Social concretizar a ameaça que fez?

Concluo a minha intervenção neste ponto demonstrando a minha completa solidariedade à Associação S. Tiago, sua direção, utentes e sócios.”

A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Cristina Felgueiras deixou claro que não é nenhuma cabala, principalmente porque tem familiares, *in casu* na qualidade de Vice-Presidente da Comissão Política do PSD; Quanto à representação em nome do Município de Alijó é ao Sr. Vice-Presidente quem compete, afinal é o Presidente em exercício, pelo que tem a responsabilidade máxima e plena, não consta que soube da dita reunião.





MUNICÍPIO DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

O Sr. Vice-Presidente entendeu nesta fase que as coisas deveriam ser feitas de forma mais reservada e acredita que terá um desfecho positivo.

O Sr. Vereador Joaquim Fernandes quer agradecer a todas as pessoas que ajudaram, em especial ao Vereador Dr. Miguel Rodrigues pelas palavras em nome da Associação, como também registou com agrado as palavras do Sr. Vice-Presidente e da Sr.<sup>a</sup> Vereadora Dr.<sup>a</sup> Cristina Felgueiras, de tranquilidade e de disponibilidade.

Na abordagem ao segundo assunto neste período, o Sr. Vereador Miguel Rodrigues abordou a questão do Chefe de Divisão Administrativa e Financeira a qual se transcreve: "Fomos informados no passado dia 01 de agosto, da substituição do Dr. Luís Carvalho, como Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, pelo Dr. Manuel João Areias Peixoto, técnico superior do quadro desta Autarquia mas que há largos anos se encontrava na Câmara Municipal de Sabrosa, em comissão de serviço.

Essa informação foi surpreendente, para mim e decerto para a generalidade dos trabalhadores desta Autarquia, incluindo o Chefe de Divisão agora afastado, Dr. Luís Carvalho.

Questiono a decisão tomada, pelo seu *timing* e pelo procedimento adotado.

Revela desnorte e irresponsabilidade na gestão dos recursos humanos. Em 10 meses, esta Câmara vai para o seu terceiro Chefe de Divisão na área administrativa, o que é incompreensível.

Neste mandato, é já o segundo Chefe de Divisão que este executivo do PSD impede de cumprir a comissão de serviço para a qual foi nomeado, interrompendo-a prematuramente, constituindo depois este Município na obrigação de indemnizar, para além do agravamento das despesas com pessoal decorrente desta decisão, que sobrecarrega as finanças municipais, pois haverá também lugar ao pagamento de mais um vencimento. Afinal, onde está o rigor e as boas práticas de gestão que têm apregoado? Onde está a nova atitude de gestão que o Presidente de Câmara garantiu? Ao



MUNICÍPIO DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

contrário do que este executivo tem alegado, parece mesmo que a Câmara está a navegar em dinheiro.

Acresce que essas decisões são tomadas sem um fundamento válido, constituindo apenas caprichos irresponsáveis, o que se não pode aceitar.

No caso concreto do Dr. Luís Carvalho, tratou-se de alguém que este atual Presidente de Câmara confirmou como Chefe de Divisão, tendo inclusive aumentado as suas responsabilidades dirigentes, ao atribuir-lhe a divisão administrativa, a par da divisão financeira que este já dirigia. Foi uma decisão deste Presidente de Câmara, tomada em janeiro deste ano. Desde então, foram diversas as manifestações de confiança do Presidente da Câmara neste dirigente, inclusive perante o restante executivo. Com o Dr. Luís Carvalho como Chefe de Divisão Financeira, este executivo elaborou o orçamento para 2014, concluiu o processo do PAEL com o visto do Tribunal de Contas, recalibrou os empréstimos bancários no âmbito do Plano de Reequilíbrio Financeiro, apresentou as contas do exercício de 2013. E passado pouco mais de meio ano, “tiram-lhe o tapete”, abruptamente e sem aviso prévio. Ora, se o Presidente da Câmara é capaz de uma atitude destas perante alguém que aqui lhe era próximo, então do que mais será capaz?

A única conclusão a retirar é que os trabalhadores desta autarquia não podem estar serenos, devendo desconfiar deste atual executivo do PSD, pois terão de estar preparados para qualquer capricho, designadamente este tipo de atitudes, realizadas assim à socapa e sem racionalidade. Estas mesmas atitudes que provocam agitação interna, comprometendo a necessária estabilidade, pois não é possível gerar-se confiança nos trabalhadores camarários, quando quem tem responsabilidade de os gerir não sabe o que está a fazer e parece responder a impulsos com motivações pessoais.

Gera-me também este caso perplexidade, por o Presidente da Câmara não ter dado a cara nesta decisão. Deixou a decisão para o Vice-Presidente. Ora, ninguém terá dúvidas de que esta decisão foi tomada pelo Presidente da Câmara que decide... mas manda o Vice-Presidente assinar. Porque não se aguardou pelo regresso do Presidente da Câmara,



MUNICÍPIO DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

após o seu atual impedimento? Era o Presidente quem deveria ter assumido esta decisão. Já fiz igual consideração a propósito da recente proposta de auditoria externa, salientando que o Presidente não suspendeu o seu mandato, embora esteja afastado da Câmara há 3 meses. Porque não se aguardou pelo seu regresso? A ideia que fica é que se está a tentar resguardar de decisões polémicas, deixando esse encargo para o Vice-Presidente. Pelo menos, é o que parece.

Soube, aliás, que esta semana, dois dias depois desta decisão, o Presidente da Câmara esteve nos Paços do Concelho. Ora, se o seu regresso estava iminente, qual a razão porque não assumiu esta decisão?

Outro aspeto que se não compreende, diz respeito ao facto de, na nova estrutura orgânica apresentada precipitadamente por este executivo em Dezembro e que entrou em vigor em 01 de janeiro deste ano, constarem 4 divisões municipais, sendo que metade delas, decorridos 8 meses, continuam sem Chefes de Divisão. Não obstante, este executivo nomeia e substitui uma chefia de divisão, numa divisão que já tinha dirigente. As que estavam a descoberto, assim continuam. É uma desorientação total.

É de sublinhar que este afastamento do Chefe de Divisão Financeira, aconteceu na semana seguinte à aprovação de uma auditoria externa a este Município. Terá sido um afastamento, para que o executivo do PSD esteja mais à vontade na realização da auditoria e nas suas conclusões?

Todas estas considerações que aqui faço, obviamente, em nada visam o Dr. Manuel João Peixoto, que aliás conheço bem, que respeito e a quem dou as boas vindas neste seu regresso à Câmara de Alijó, não duvidando da sua competência profissional.

Como sempre fiz nestas funções, não fulanizo questões relacionadas com os recursos humanos, ao contrário deste atual executivo permanente.

Não posso ainda deixar de me referir à reunião que o Vice-Presidente teve com os trabalhadores da divisão administrativa e financeira desta Autarquia na passada Sexta-



MUNICÍPIO DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

feira, dia 01, onde o Vice-Presidente terá dito que “sabia de funcionários que falam da câmara, sabe quem são, e que a partir de agora o executivo iria atuar”. Não percebo este comentário e espero que não signifique que os trabalhadores desta Autarquia serão punidos por delito de opinião. O próprio Vice-Presidente, antes como funcionário desta casa, também exerceu a sua liberdade de opinião e não sofreu represálias por isso.

Estarei, doravante, ainda mais atento à gestão deste executivo em matéria de recursos humanos, exortando a restante oposição camarária a fazer o mesmo, em face dos sinais que vão surgindo e que são preocupantes.”

Sobre este mesmo assunto o Sr. Vereador Joaquim Fernandes felicitou a nomeação considerando que o Chefe de Divisão Administrativa e Financeira deve ter condições para desenvolver o seu trabalho. Por outro lado, ouviu a expressão que “o barco era muito grande”, isto é, o que Dr. Luís Carvalho não teve capacidade para o gerir, pelo que lhe foi dado um atestado de incompetência, mas afinal aumentaram-lhe à carga. Considera que as pessoas estão mais recatadas, que não andam tão felizes. Na sua opinião a “dança das cadeiras tem que parar”. Rematou frisando que para efeitos de auditoria, tantas garantias dá o antigo como o novo Chefe de Divisão Administrativa e Financeira.

Uma vez que o Sr. Presidente já veio por uma vez à Câmara também poderia vir à reunião do executivo.

O Sr. Vereador Eng. João Manuel felicitou e deu as boas vindas ao novo Chefe de Divisão Administrativa e Financeira.

Mais uma vez interveio o Sr. Vereador Miguel Rodrigues, cuja intervenção se transcreve: “No passado dia 25 de junho, a proposta de lei do Governo de alteração dos estatutos da Casa do Douro, regularização de dívidas e transição para associação de direito privado, foi aprovada na Assembleia da República em votação final global, com os votos a favor da maioria PSD e CDS e os votos contra de toda a oposição.



MUNICÍPIO DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

Como já aqui antes referi, este Governo não resolveu esta questão, limitando-se à via mais fácil de acabar com a Casa do Douro (tornando-a irrelevante) e ficar-lhe com os vinhos. Nada mais do que isso. Uma medida tomada sem atender aos interesses dos pequenos e médios produtores que fizeram, e bem, constar o seu protesto.

Tratando-se de uma questão tão relevante para os produtores deste concelho, o que fez a Câmara de Alijó? Adotou a posição da CIMDOURO, assumindo-se contra a mudança de estatuto da Casa do Douro. E nada mais fez.

Ou seja, tratando-se de um executivo permanente que em campanha eleitoral tanto falou da valorização da agricultura, confirmamos agora que essa mensagem eleitoral foi vazia de conteúdo e sem expressão prática. Se o Presidente e o Vice-Presidente são vitivinicultores, em que beneficiou este executivo dessa circunstância? Assistimos a inércia do executivo. Para serem coerentes com a propalada defesa da agricultura, deveria a Câmara não baixar os braços e procurar exercer pressão, de modo a ser uma parte ativa neste debate. Mas não foi isso que aconteceu. Mais grave, o Presidente da Câmara não foi apenas inerte, mas conformou-se com a defesa total da proposta do Governo feita pelo deputado Pedro Pimentel, que é também presidente da comissão política do PSD de Alijó (órgão de que o Eng. Carlos Jorge Magalhães é Vice-Presidente), não se tendo publicamente demarcado dessa posição que contraria, não apenas a posição manifestada pelos autarcas através da CIMDOURO, mas também a generalidade dos pequenos e médios produtores do concelho e da região, vergando-se uma vez mais aos interesses partidários e do Governo e não ao interesse do concelho.

Pior ainda do que a inércia, é fechar os olhos quando responsáveis da sua própria concelhia do seu partido tomam posições públicas colocando-se ao lado do Governo, ignorando esta Câmara Municipal e os interesses locais que esta visa proteger.”

O Sr. Vice-Presidente lembrou que a CIMDOURO tomou posição da força de forma unânime.





MUNICÍPIO DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

O Sr. Vereador Joaquim Fernandes no uso da palavra mencionou que a Câmara Municipal de Alijó liderou a ideia que o concelho iria beneficiar muito em termos da agricultura, mas passado um ano, nada foi feito. Certo é que a Casa do Douro passou para natureza privada e vendeu património para pagar a dívida. Mais, o Sr. Presidente da Comissão Política de Alijó defendeu os atuais estatutos da Casa do Douro, logo, não defendeu como devia os interesses dos agricultores de Alijó e dos Alijoenses.

O Sr. Vice-Presidente, relativamente, à substituição do Chefe de Divisão apresentou as seguintes justificações técnicas para ter optado pela exoneração: 40 mapas em atraso na DGAL que provoca corte de 10% e que passará para os 25% com perda total de 10% destes, não obstante os despachos escritos que lhe foram destinados; segundo, um mês depois de aprovado o reequilíbrio ainda não foi submetido a Tribunal, no entanto, foi de férias; o terceiro, com o PAEL foi comportamento idêntico. Ora, o Dr. Luís Carvalho não pode queixar-se de falta de apoio e não foi de todo uma decisão política.

Quanto à reunião com os trabalhadores no passado dia 1 de agosto de 2014, aquando do momento da apresentação de Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, refere que não iria admitir que em horas de serviço fossem mal tratados os membros do executivo permanente.

O Sr. Vereador Joaquim Fernandes demonstra o desagrado com o clima de suspeição e considera que deveria ser o Presidente de Câmara a conduzir esta situação, não deixando o ónus da decisão no Sr. Vice-Presidente, “parecendo que quer atirar a pedra e esconder a mão.”

A Sr.ª Vereadora Cristina Felgueiras assume que se vinha a verificar uma incapacidade e que a urgência se prende com a necessidade de fazer o novo orçamento. Pelo contrário do que foi dito considera a mudança um investimento, e não uma despesa. Mais, junto dos órgãos de tutela quis dar-se uma imagem de mudança e de credibilidade.







MUNICÍPIO DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

**1.2** Presente proposta do Sr. Vice-presidente da Câmara Municipal, propondo que as funções de secretário das reuniões sejam exercidas pelo Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Manuel João Areias Peixoto, sendo substituído, nas suas faltas e impedimentos, por Luís Filipe Maneta Carvalho.

**Deliberação:** Aprovado por maioria com abstenção do Sr. Vereador Miguel Rodrigues e com a seguinte declaração de voto do Sr. vereador António Fernandes: “Ao fim de 10 meses é já o 3.º secretário, situação que em nada abona à estabilidade da autarquia.”

O Sr. Vereador eleito pelo Movimento Mais, Dr. Miguel Rodrigues apresentou a seguinte declaração de voto:

“- Em 10 meses de mandato, estamos já perante o terceiro secretário nas reuniões de Câmara, o que é revelador da instabilidade com que este executivo lida com os recursos humanos.”

O Sr. Vereador eleito pelo Partido Socialista, Dr. António Joaquim Fernandes apresentou a seguinte declaração de voto:

“ Ao fim de 10 meses é já o 3.º secretário, situação que em nada abona a estabilidade da autarquia.”

## 2. DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

**2.1** Resumo do diário de tesouraria do dia 2014/08/06.

**Deliberação:** Tomado conhecimento.

**2.2** Presente despacho de adjudicação referente à concessão da loja comercial A9 do Mercado Municipal de Alijó, nos termos do ponto 8.4 do programa de concurso para atribuição da concessão de lojas comerciais existentes no Mercado Municipal de Alijó e no n.º 4 do art.º 19.º do Regulamento do Mercado Municipal.



MUNICÍPIO DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade, nos termos da informação técnica, adjudicar a Maria S. da Silva Rodrigues pelo valor de €100,41/mensais, não tendo estado presente na votação a Sr. Vereadora Cristina Felgueiras.

### **3. DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CULTURA, EDUCAÇÃO E DESPORTO**

**3.1** Presente informação DDSCED/EDU/2014/73 propondo a celebração de um protocolo de fornecimento de serviço público com a empresa de viação Beira-Douro, Lda., para transporte de alunos durante o ano letivo 2014/2015.

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade, nos termos da informação técnica, a proposta de protocolo, assim como dar poderes de outorga ao Sr. Vice-presidente. Mais foi deliberado remeter à Assembleia Municipal para conhecimento.

### **4. DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO**

**4.1** Presente processo n.º 650/12-RSP, em que é requerente Rogério Gouveia Bessa, referente a uma proposta de alteração ao loteamento n.º 8/82, sito no lugar do Viuveiro, em Alijó.

**Deliberação:** Aprovado por unanimidade retirar e remeter aos serviços técnicos para nova instrução.

**4.2** Presente processo n.º 1/14-LLOT, com a referência 505/14-2014/07/14, em que é requerente Construções Alijoense – construção e reparação de edifícios, referente a análise e aprovação de projeto de loteamento.

**Deliberação:** Aprovado com a condicionante de ser retirado o muro de vedação que confina com o passeio público, ficando somente o armário técnico existente. Mais foi deliberado. Integrar o espaço no domínio público, tudo conforme consta da informação técnica.



MUNICÍPIO DE  
**ALIJÓ**

Deslucubrante Património Natural

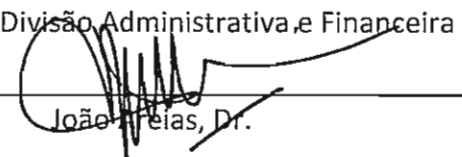
### APROVAÇÃO DA ATA

Depois de lida, a Câmara deliberou, em reunião do dia 28/08/2014, aprovar a presente ata, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 57º da Lei nº 75/2012, de 12 de setembro, a qual vai ser assinada pelo Presidente da Câmara em exercício, e por mim Chefe da Divisão Administrativa e Financeira.

O Presidente da Câmara em exercício

  
\_\_\_\_\_  
José Rodrigues Paredes, Eng.

O Chefe da Divisão Administrativa e Financeira

  
\_\_\_\_\_  
João Freias, Dr.